

A Empresa Jornalística No Maranhão Na Segunda Metade Do Século XIX: O Estado Imperial Os Jornais E A Construção Da Guerra Do Paraguai Para Um Publico Leitor

**The Media Organization In Maranhão In The Second Half Of The Nineteenth Century:
The Imperial State Newspapers And The Construction Of The Paraguayan War To
Publish a Reader**

Johny Santana de Araújo*

Doutor pela Universidade Federal Fluminense

Professor da Universidade Federal do Piauí

E-mail: johny@oi.com.br

Teresina, Piauí, Brasil

*Endereço: Johny Santana de Araújo

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Geografia e História,
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Ininga, CEP- 64600- 000 - Teresina, PI - Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 10/11/2014. Última versão recebida em 30/11/2014. Aprovado em 01/12/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Apoio e financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

RESUMO

O artigo pretende mostrar como se desenvolveu durante a segunda metade do século XIX a empresa jornalística na Província do Maranhão, período coincidente com a ação desenvolvida pelo estado imperial brasileiro no sentido de consolidar a ideia de nação. É possível ver nesse processo como a imprensa e o estado Imperial estavam afinados para enfrentar o momento de crise internacional em 1865, representado pela guerra do Paraguai.

Palavras- chave: Maranhão oitocentista; Guerra do Paraguai; Jornais.

ABSTRACT

The article aims to show how it developed during the second half of the nineteenth century newspaper company in the province of Maranhão, coincident with the action developed by the Brazilian imperial state to consolidate the idea of nation, period it is possible to see this process as the press and Imperial state were tuned to face the moment of international crisis in 1865 represented the Paraguayan war.

Keywords: Maranhão nineteenth century; War of Paraguay; Newspapers.

1 OS JORNAIS MARANHENSES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A imprensa, na segunda metade do século XIX, teve uma característica bastante sutil, no que se refere ao seu caráter de empresa jornalística, pois, segundo Nelson Werneck Sodré, esse período assistiu à vitória da feição conservadora dessa imprensa, que se diferenciou muito da fase anterior, liberal, momento em que houve uma grande propagação de jornais políticos nas mais diferentes províncias do Império.

No fim da década de cinquenta, a imprensa maranhense se caracterizava por ser diversificada, possuindo jornais que tratavam desde questões literárias e até políticas. Um quadro bem diferente da fase anterior, caracterizada pela vulgarização da linguagem e da extrema agressividade dos pasquins citados por Lisboa.

Dentro da nova conjuntura política que caracterizou o Império na segunda metade do século XIX, ou seja, o período do gabinete da conciliação, pode se destacar a presença de quatro jornais no cenário social maranhense, os quais buscavam se situar dentro de um plano mais profissional, privilegiando, além dos aspectos políticos, questões econômicas e mercantis. Esses mesmos jornais estiveram no cerne da questão da propaganda da guerra do Paraguai em 1865.

Tais jornais representam, pela própria constituição, as mais importantes publicações que circularam durante a fase inicial da guerra do Paraguai, e que trabalharam de forma mais direta pela propaganda, pela mobilização e pela campanha de alistamento.

O primeiro deles é o jornal *Publicador Maranhense*, fundado em julho de 1842. Era um órgão oficial do governo, saía três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário. Ao longo de sua existência, estiveram em sua redação diversos jornalistas de prestígio e com variada tendência política. Até 1855 era redigido por João Francisco Lisboa, em 1856 Sotero dos Reis assumiu a sua redação, onde permaneceu até 1861.

A partir desse ano até 1863, seu redator foi Temístocles Aranha, sendo substituído por Ovídio da Gama Lobo, que ficou até o início de 1864. Por todo esse ano, o *Publicador Maranhense* foi redigido por Antônio Henriques Leal. Em 1865, entrou para a redação Felipe Franco de Sá, e em 1866 passou a ser redigido por empregados da Secretaria de Governo.

Durante o período em que esteve sob a redação de Henriques Leal, Franco de Sá e Temístocles Aranha, o *Publicador Maranhense* aumentou consideravelmente os artigos que tratavam de questões sobre finanças da Província, mas havia principalmente artigos ligados à política em geral, discutiam-se as leis iniciadas na Assembleia Provincial e, por ser um órgão oficial defendia a administração, deixando de circular em 1886.

No dia 1º de fevereiro de 1862 saiu o primeiro número de A Coalição, jornal que defendia a coligação do grupo adiantado de conservadores com os liberais, uma situação que era semelhante em outras províncias. No Maranhão, quem estava à frente dessa coligação eram João Pedro Dias Vieira e o conselheiro Francisco José Furtado.

A Coalição saía duas vezes por semana. No seu primeiro ano, foi redigido por Gentil Braga e Joaquim Serra; no ano seguinte, José Joaquim Tavares Belfort passou a fazer parte da sua equipe de redação. Em 1865 Joaquim Serra deixou o jornal. Em 1866 Felipe Franco de Sá passou a ser seu único redator e nesse mesmo ano A Coalição deixou de circular. Apesar de ser um jornal partidário, tinha uma folha literária e artística.

Em 1863 saiu o primeiro número de O Paiz, jornal de notícias e variedades, dedicado aos interesses do comércio. Seu redator e proprietário foi Temístocles Aranha, que havia sido até então redator do Publicador Maranhense.

O Paiz começou saindo três vezes por semana. Depois da Guerra do Paraguai passou a ser diário, cada dia apresentava uma série de avanços e melhoramentos nas edições, fazendo com que se consolidasse na época como um dos mais interessantes jornais do Norte do Império.

Publicava importantes artigos sobre questões de lavoura, indústria, artes, finanças e sobre os melhoramentos promovidos pela administração provincial. Trazia sempre noticiário abundante e variado; excelentes transcrições de revistas estrangeiras e correspondência telegráfica.

Foi o mais completo órgão de informação e expoente de cultura que teve a Província do Maranhão antes do regime republicano se implantar no Brasil. Temístocles Aranha atraiu para O Paiz os melhores talentos jornalísticos daquela época. Segundo Joaquim Serra, O Paiz exerceu decidida influência na opinião pública maranhense, pois gozava na cidade de São Luís do melhor conceito.

O primeiro número de O Paiz saiu em 1º de maio de 1863, tinha de texto o tamanho de 0m36 x 0m235, em três colunas, que se estendiam por quatro páginas, circulava às terças e sextas-feiras. Sua assinatura anual era de 9\$000, e a semestral era de 5\$000. Até o número 18, usou o subtítulo: Jornal católico, literário, comercial e noticioso, daí em diante substituiu o subtítulo pelo de: Órgão especial do comércio, pois Temístocles Aranha havia sido convidado pelos dirigentes da Associação Comercial para tornar o seu jornal um órgão de divulgação do corpo comercial do Maranhão.

Apesar de ser completo, O Paiz era um jornal de província, não tinha tipografia própria nos primeiros anos, sua redação ficava em uma rua afastada do centro da cidade, era,

contudo, muito bem elaborado, com criteriosos artigos e editoriais, transcrições selecionadas e publicava correspondências que julgava mais interessantes, enchendo as duas primeiras páginas.

O jornal era igualmente muito bem revisto e impresso, nas outras duas páginas destacavam-se os noticiários e o minucioso retrospecto comercial, de autoria de Joaquim Coelho Fragoso. Durante a Guerra do Paraguai, o jornal, juntamente com o Publicador Maranhense, adotou a prática de publicar correspondências de militares que se encontravam na linha de frente.

Dessa forma, o jornal O Paiz projetava-se no panorama da vida social de São Luís. Circulou no decorrer de toda a guerra do Paraguai, encerrando suas atividades somente em 1886, quando se fundiu ao Publicador Maranhense, dando origem a outro jornal.

Finalmente há um quarto jornal, cuja referência deve ser feita. Trata-se de A Situação, fundado em 18 de junho de 1863, órgão oficial do Partido Conservador. Tinha como redatores Luís Antônio Vieira da Silva, Heráclito Graça e João da Mata de Moraes Rego. Em seus últimos tempos, foi redigido pelo jornalista Fernando Vieira de Sousa.

De acordo com Joaquim Serra, “era um jornal que defendia seu partido com paixão, porém com dignidade e com elevada linguagem.” A Situação foi um jornal variado nos assuntos, procurava informar tanto sobre a política provincial, como a do País, sendo um esforçado adversário do governo provincial durante o obscurantismo dos conservadores, apesar disso circulava com muita interrupção. De seus redatores, Heráclito Graça era o que mais se distinguia na polêmica política. A Situação deixou de circular em 1867, curiosamente um ano antes da subida ao poder do gabinete ministerial conservador.

A partir desse quadro, podemos verificar a seguinte situação da imprensa no Maranhão; inicialmente tinha-se um jornal oficial ligado ao governo: O Publicador Maranhense; um jornal que defendia o modus operandi da política de conciliação entre Liberais (no poder) e Conservadores: A Coalizão; um jornal ligado ao principal órgão dirigente do comércio no Maranhão, mas que avalizava tanto Liberais quanto Conservadores: O Paiz; e finalmente um jornal ligado ao partido Conservador, que fazia oposição ao governo Liberal da Província, de forma muito retórica, com uma linguagem de alto nível: A Situação.

Ao estourar a guerra do Paraguai, os jornais citados trabalharam diuturnamente na propaganda de guerra, porém o jornal A Situação, apesar de divulgar as conclamações através de seus redatores e convocar a sociedade à mobilização geral, não deixou de fazer críticas ao que considerava incorreto, no que se refere ao alistamento e à designação de guardas

nacionais para o serviço nos corpos destacados para a guerra, o que pode ser demonstrado pela seguinte observação.

[...] o tenente coronel José Antonio Fernandes [...] tem empregado mais de cinquenta guardas (a maior parte sem insenções e próprios para o serviço da guerra) para andarem em diligencias em caça de homens isto he, daqueles que não são privilegiados, para interar o contingente que o batalhão n° 16 tem de prestar para os corpos destacados, e nestas diligencias são presas pessoas que são alistadas na guarda nacional, os de reserva, e aqueles que tem izeção, e assim são remetidos presos em troncos de paus.

Em meados do século XIX, ocorreu uma redução no número de jornais que circulavam, em consequência das modificações técnicas implantadas. Mantiveram-se no mercado além dos títulos citados alguns poucos, por conta do suporte financeiro e político que os sustentavam. Quando surgiam novas publicações, geralmente eram de cunho literário e artístico.

Aqueles tempos não eram mais o da regência, ou de dura luta política dos primeiros anos do segundo reinado, tempo em que os pasquins levavam mensagens carregadas de paixão política, nas quais o equilíbrio e a compostura cediam lugar facilmente ao desrespeito. A luta a ser enfrentada, então, era outra: a conquista da opinião pública em torno da causa da guerra do Paraguai.

2 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A FORMAÇÃO DE UM PÚBLICO LEITOR EM SÃO LUÍS

Como resultado da melhoria técnica dos jornais, fruto das inovações implantadas no país a partir de meados da década de 50, a sociedade maranhense passou a espelhar as mudanças decorrentes dessa modernização, adaptando-se gradualmente a um modo de vida diferenciado daquele do período colonial. A indústria, o comércio e as artes tiveram um novo ânimo em todos os centros urbanos do país, após o fim do tráfico internacional de escravos.

São Luís, a capital da Província, com o seu único porto exportador, desenvolveu-se e enriqueceu-se consideravelmente. O comércio já era, em grande número, consciente de sua importância, viu surgir um órgão de representação, a Comissão da Praça, através da qual foi fundada a Companhia Confiança Maranhense, com o objetivo de construir um grande edifício que com suas lojas substituísse a antiga casa das Tulhas ou mercado antigo.

Os comerciantes, por meio de sua representação de classe, fundaram também um Gabinete Português de leitura e um Hospital Português, um serviço de navegação a vapor, no qual duas companhias se destacaram. Em 1846 foi fundado o primeiro Banco Comercial do Maranhão; em 1869, o segundo, Banco Comercial do Maranhão e, posteriormente, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão.

Desde 1846 o governo provincial vinha se preocupando em tomar medidas administrativas de cunho econômico, abrindo estradas e construindo pontes, dispensando cuidados especiais à lavoura e à indústria da cana-de-açúcar e à cultura do algodão que desde a primeira metade do século XIX havia se transformado na viga-mestra da economia do Maranhão, chegando a elevar as exportações a 300.000 arrobas. Já na segunda metade do mesmo século, cedeu lugar paulatinamente ao açúcar. Segundo Meireles, talvez se pudesse mesmo dividir a história maranhense em função de sua economia, nos dois ciclos, o do algodão e o do açúcar.

Economicamente, o Maranhão era uma Província que tinha experimentado um surto econômico muito favorável no que se refere à referida cultura do algodão, graças, sobretudo, a fatores externos, como a Guerra Civil Americana; até o início desta, o Sul dos Estados Unidos era uma das maiores regiões produtoras do mundo; com o colapso de sua produção, as indústrias de tecelagem da Inglaterra recorreram a outros mercados disponíveis e foi, nesse momento, do início dos anos 60 do século XIX, que o Maranhão revigorou a cultura algodoeira, constituindo-se no segundo produtor brasileiro.

A cana-de-açúcar era outra cultura muito desenvolvida na Província, tanto que chegou a concorrer com a produção de algodão e ser objeto de grandes investimentos e de debates na imprensa maranhense: perguntava-se a qual cultura devia ser dada mais importância. No entanto, houve sempre alternância de plantações, por fatores como a variação de estações de colheita, o que fazia com que os fazendeiros ora corressesem para a cana-de-açúcar ora para o algodão.

Seja como for, nos cinco primeiros anos da década de 60, a produção de algodão subiu a uma média de 39.000 sacas de 95 quilos; então foram apurados, nesse período, lucros que permitiram um reavivamento da lavoura de algodão, que havia sofrido muito com as sucessivas crises econômicas, elevando a produção para 60.000 sacas, no período que se seguiu a 1865; a maior produção de algodão foi a do ano de 1871, que atingiu 72.793 sacas; no entanto a corrida ao açúcar foi proporcionalmente maior.

O comércio de São Luís, no período entre os anos de 1860 a 1870, ficou caracterizado por não ter um aumento no número de comerciantes, na mesma proporção da ampliação da quantidade de produtos exportados; isso fez com que se concentrassem as atividades mercantis em poucas casas comerciais de grandes proprietários.

No entanto, o comércio apresentou certo vigor, pois, tomando-se um período compreendido pelos anos de 1863-1864, segundo César Marques, as importações diretas efetuadas pelo Maranhão atingiram o valor de 5.064\$:000, e as exportações atingiram o valor de 7.247\$:000.

Quanto às atividades comerciais em São Luís, podemos apontar o seguinte quadro de desenvolvimento material em termos de quantidade: a cidade possuía, entre 1860 e 1870, 79 armazéns, seis armazéns de ferragens, dois armazéns de madeiras, 32 escritórios, 44 lojas de modas, seis farmácias, quatro livrarias, 189 quitandas, 12 refinarias de açúcar, 14 padarias, 28 açougues, 13 ourivesarias, duas agências de leilões, 25 fábricas diversas.

Com o desenvolvimento dos transportes, não só a economia e o comércio da Província se beneficiaram. Foi possível também proporcionar maior e mais rápida circulação de informações, ao mesmo tempo que se expandiu, por boa parte do território nacional, um mercado de bens de consumo cultural. Nesse aspecto, a imprensa teve um papel acentuado, pois, de acordo com Charles Ribeyrolles, em suas observações enquanto viajante pelo Brasil afirmou que: “[...] onde está hoje a imprensa brasileira? Fortificou-se em número, ganhou em expansão e raciocínio. Não há província pequena ou grande que não conte os seus jornais [...]”.

Em São Luís, os costumes se alteravam de acordo com as novidades que chegavam da Europa, vindas com os navios. A cidade atualizava-se, pois já havia melhoramentos públicos. A imprensa fosse ela diária, semanal ou quinzenal, em junção com a política, a literatura e as artes, era o veículo apropriado para a demonstração dessas mudanças, mostrando tais modificações em suas colunas editoriais, literárias e no noticiário quase sempre atualizado.

A existência de uma imprensa especializada não apenas em política, mas também nos fatos da vida cultural da província acolhia, na São Luís dos anos 60 do século XIX, as necessidades de uma sociedade em processo de modernização. De acordo com o resumo do recenseamento feito na cidade, publicado no relatório do presidente da Província, de 1874, a população total de São Luís era estimada em 34.723 pessoas, a população livre era de 27.306 pessoas e a população escrava era estimada em 7.417. Quanto ao nível de instrução de toda a população de São Luís, 11.212 sabiam ler, enquanto 23.511 não sabiam ler.

O inventário de profissões que existia na urbe era o mais diverso. Numa escala descendente podemos assim descrever: na ápice da escala estavam os juristas (juízes, advogados e procuradores), capitalistas e proprietários, professores, literatos, médicos. Logo após vinham os funcionários públicos, militares, profissionais do comércio, lavradores (nesse caso o pequeno proprietário ou o empregado), farmacêuticos, parteiros, artistas, notários e escrivães, os que tinham profissões manuais ou mecânicas. Na base dessa escala achavam-se os assalariados (jornaleiros e criados), pescadores, empregados do serviço doméstico e aqueles sem ocupação oficialmente declarada.

Nas ruas de São Luís situava-se o mundo do trabalho, onde circulavam todos “Uma multidão de mulheres e moças de cor, nascidas duma mistura de pelo menos três raças (que) vagava para cima e para baixo, desembaraçadamente” assim notou o viajante Robert Ave-Lallemant. Lá estavam os elementos que não compunham a “boa sociedade” e nesse mesmo espaço misturavam-se aqueles que participavam do público socialmente aceito.

Nos mercados existiam as negras vendedoras, as quitadeiras que possuíam tão somente o seu tabuleiro onde expunham suas mercadorias; havia, também, os escravos de aluguel “domésticos, trabalhadores, amas de leite, lavadeiras, mucamas, cozinheiros”. Artesãos, pequenos comerciantes, os que não podiam comprar escravos e se utilizavam dos escravos de aluguel, ou os escravos de ganho que geralmente faziam todo tipo de serviço.

O público como sujeito ativo da esfera pública, foi estruturado em São Luís da segunda metade do século XIX, tomando como base os parâmetros concedidos pela estratificação da sociedade maranhense. Formavam a opinião pública todos aqueles que possuísem condições mínimas de se inserirem na sociedade como consumidores de um mercado de bens materiais.

Sobre o nível intelectual dos maranhenses que compunham a “boa sociedade”, o viajante norte americano Daniel Parish Kidder comentou: “estes alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do império”.

Essa observação se aplicava principalmente às pessoas que compunham as camadas sociais mais elevadas, pois somente a maioria delas poderia ter acesso à educação formal. E ao que parece, nas décadas finais da primeira metade do século XIX a camada social dominante maranhense preocupava-se mais em cultivar o conhecimento, ao contrário dos seus antepassados das décadas anteriores.

A “boa sociedade” maranhense, de modo geral, não era muito diferente das sociedades das demais cidades brasileiras à margem do Atlântico; no entanto, parecia existir nela uma espécie de vivacidade intelectual que a fazia destacar-se das outras Províncias do Império, em parte pelo grande número de oradores, poetas e escritores que justificavam o título dado à sua capital, a cidade de São Luís, de “Atenas Brasileira”.

Havia também os que se dedicavam à boêmia literária, como Sousândrade e Gentil Braga, que deixaram suas marcas, ao passo que escandalizavam a sociedade aristocrática de São Luís. A cidade, ao que parece, tinha uma vida muito agitada e sempre muitos assuntos para comentar ao longo de uma semana, fruto de uma atividade social efervescente; havia sempre salões de festas onde existiam o luxo e a elegância; e, de igual forma, aconteciam sempre exposições artísticas, bailes a rigor nos salões do Colégio N. Senhora da Glória e no Teatro São Luís; também não faltavam as apresentações de companhias de ópera estrangeiras.

A formação dos filhos da elite era proporcionada pelos institutos de educação, como o Colégio Nossa Senhora da Glória, destinado às mulheres, e o Instituto Educacional do Dr. Pedro Nunes Leal, para homens, entidades que ajudaram a formar a maioria dos filhos da elite social da Província.

Em torno da Associação Literária Maranhense e de sua publicação O Arquivo, se reuniam os oradores. O Arquivo era presidido por Alexandre Teófilo de Carvalho Leal; além disso, marcavam presença muitos outros poetas e intelectuais, como Antônio Rego, Luís Antônio Vieira da Silva e Sotero dos Reis, que se dedicavam tanto a estudos históricos como à política.

Essa era uma forma de vida e de comportamento que a escravidão permitia a essa “boa sociedade”, fornecer ao Maranhão a condição de ser uma das províncias mais ricas do Império, tanto no aspecto intelectual como no econômico.

3 MOBILIDADE DA SOCIEDADE EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

A sociedade estava estruturada em círculos concêntricos, o público de São Luís possuía em seu núcleo a já citada “boa sociedade”, composta pela aristocracia rural, capitalistas, barões, conselheiros, comendadores e seus familiares. Em seguida, o círculo de homens novos: Os grandes comerciantes, homens de letras, militares e profissionais liberais que, por enriquecimento ou recomendação, ascendiam à camada superior.

O terceiro e último círculo era formado por pequenos comerciantes, funcionários públicos e empregados de toda espécie, compactado entre a riqueza que era ostentada pelo estilo de vida da “boa sociedade” e o nada representado pela escravidão.

A noção de esfera íntima de família encontrava-se relacionada aos dois primeiros círculos, que têm a casa como expressão local de liberdade psicológica do indivíduo moderno. Nessa perspectiva, a família servia como uma mediadora da sociedade e assumindo tal papel assegurava a realização das exigências sociais.

O círculo exterior era abrigo de uma legião de pessoas, alimentado pelos anseios de ascensão de funcionários públicos e pelo medo da miséria, da violência e do desemprego que atingia a todos que estavam à borda da “boa sociedade”.

Esse círculo ultrapassava os limites da casa e o seu local de expressão era tão somente a rua. Esse mesmo círculo estava presente nos mercados, nas casas de diversão baratas, enfim, nas algazarras da feira.

Com essa representação do público maranhense de São Luís, pretendemos indicar o que nos parece ser um aspecto de dinamicidade das ruas, local onde se misturavam os mundos do governo, do trabalho, da rotina e do ócio, onde acontecia a diversão da “boa sociedade” e da “má sociedade”, onde também se misturavam as notícias, os fatos e as versões, os rumores e os boatos. Ao que parece, o que se passava nas ruas diariamente desempenhou um papel fundamental para a ampliação de um sistema de informações que se estruturava de acordo com as novas conjunturas econômicas, além de atuarem destacadamente no processo de difusão e recepção das mensagens.

No caso da guerra do Paraguai, esse processo de difusão foi de importância fundamental para a propagação e divulgação das notícias, sobre os acontecimentos e a propaganda da guerra. Numa sociedade onde mais da metade da população era analfabeta a propaganda falada construída pelas conversas dos transeuntes, pelo boato da esquina que circulava de boca em boca, gerando um movimento de circularidade das informações, contribuiu para elevar os ânimos da população a respeito da guerra.

Nesse aspecto, a questão da memória coletiva também é de essencial valor. Como nos mostra Maurice Habwachs, “[...] para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais”.

A guerra do Paraguai foi o grande acontecimento da década de 60 na história do Império. Tendo sido vivenciada de forma intensa por seus contemporâneos, nos mais diferentes lugares do Brasil, por tudo isso também pode ser considerada como um acontecimento marcante, por ser aquele que,

[...] solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o ultimo suspiro uma referencia carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará no entanto a exercer alguma influencia insuspeita [...].

No decorrer do conflito de fins de 1864 a início de 1870, por toda São Luís do Maranhão, nas ruas e casas, ocorriam outros combates, o da mídia que lançava seu apelo através das ideias, por meio de discussões de temas referentes à guerra, apresentados com frequência ao público pelos jornais, que ampliava o alcance das velhas e novas mensagens. Tais mensagens muitas vezes misturadas às notícias vindas de todos os lugares do país e da linha de frente da guerra, quer fossem verdadeiras ou boatos, geravam um turbilhão de imagens exaltadoras da nação brasileira, veiculadas por escritores que faziam através de sua literatura exatamente o que hoje chamamos de produção cultural.

REFERÊNCIAS

A **SITUAÇÃO**, p. 4, n. 105, 06/07/1865, rolo 143, seção periódicos, BPBL, São Luís.

ABRANCHES, Dunshee de, **O cativoiro**, 2. ed, São Luís: Alumar, p. 102, 1992.

AVE-LALLEMENT, Robert. **Viagem ao Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: MEC/INL, v. 2, 1961.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da População do Império do Brasil em 1872**, Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos. 1873-1876. Quadros Gerais.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: AML/Sioje, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera publica**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia. 2 vols. 1980.

LISBOA, João F. **Jornal de Timon, Eleições na Antigüidade e Eleições e Partidos Políticos no Maranhão**. Brasília: Alhambra, 1980.

MARANHÃO. Resumo do recenseamento da comarca da capital In: Fala que o Exm^o. Sr. vice-presidente, Dr. José Francisco de Viveiros, dirigiu á Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 6 de maio de 1874; acompanhado do relatório com que o

Exm^o. Sr. presidente, dr. Augusto Olympio Gomes de Castro lhe passou a administração da província no dia 18 de abril do mesmo ano, 1874, Maranhão: Typ. do Paiz, 1874.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Cia Ed. Fon-Fon e Seleta, 1970.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MEIRELES, Mario Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAMOS, Clovis. **Opinião pública maranhense: Jornais Antigos do Maranhão 1831 – 1860**. São Luís: SIOGE, 1992.

REGO Jr. João C. de M. **Almanaque do Maranhão**. São Luís: 1860.

REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições**, v. 2, São Paulo, Martins Fontes, 1941.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

SOARES, Pedro Paulo **A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão 1612 – 1895**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

WERNECK, Sodrê. **História da Imprensa do Brasil**. Porto Alegre: Edipucs, 2011.